

## **“Cristo vence, reina e impera”: catolicismo e modernidade em uma cidade inventada**

"Christ wins, reigns, and rules": Catholicism and modernity in an invented city

*Eduardo Gusmão de Quadros\**

### Resumo

Sob o impacto do regime implantado por Getúlio Vargas, foi gestado o projeto de fundação de uma nova capital para o Estado de Goiás, no Brasil. Assim nasceria Goiânia, projetada enquanto polo irradiador da modernidade naquela região central do país. Nesta configuração cultural, o moderno e o tradicional estiveram imbricados, recompondo o campo religioso. Estudamos neste artigo as representações construídas na transferência da capital, a nova espiritualidade e o modo como o catolicismo interagiu com a cultura política populista em formação.

Palavras-chave: Modernização; Religiosidade; Povo.

### Abstract

Under the impact of the political regime deployed by Getúlio Vargas, the project of a new capital for the State of Goiás, Brazil, was conceived. Thus Goiânia was born, intended to be a pole of radiating modernity in the country's central region. In that cultural setting, the modern and the traditional were interwoven, recomposing the religious field. This article studies the representations and values built during the capital's transfer, the new spirituality and the way Catholicism interacted with the forming populist political culture.

Keywords: Modernization; Religiosity; People.

---

*Nem sempre a igreja pode permitir-se sustentar seu nobre retraimento, sua aversão à massa aberta, a proibição que impôs à sua formação. Há épocas nas quais inimigos externos a ameaçam.. Em épocas assim, a Igreja vê-se obrigada a contrapor massas próprias às inimigas.*

Elias Canetti

A imagem do Cristo Redentor no topo do morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, tornou-se um símbolo brasileiro. A grande escultura *art-decô*<sup>1</sup> com Jesus de braços abertos, vitorioso apesar da posição da cruz, parece estar consagrando a nação. Por sinal, Cristo não está olhando para frente, impassível,

---

\* Doutor em História pela UnB. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: eduardo.hgs@hotmail.com

ou para o Pai celeste, mas possui a cabeça levemente inclinada, como se estivesse atento para os clamores do povo sofrido. A inauguração do monumento ocorreu em 12 de outubro de 1931. Foi uma cerimônia pomposa, com mais de quarenta bispos presentes e o nuncio apostólico trazendo uma mensagem papal especialmente preparada para o evento. Além dos representantes diocesanos, acompanhados por caravanas de diversas paróquias do território brasileiro, as autoridades estatais eram capitaneadas pelo Presidente Getúlio Vargas (1882-1954) e sua esposa. Todos pareciam congregados pela fé católica e pela grandiosidade da obra. Era a comprovação de que “Cristo vence, reina e impera”, como diz a inscrição da medalha comemorativa feita para o evento<sup>2</sup>.

Mas uma novidade ainda aguardava a população. O grande inventor italiano Marconi (1874-1937), precursor das emissões radiofônicas, iria, de maneira incrível, acionar a pomposa iluminação noturna da Itália! De fato, sob olhares admirados, a mensagem foi enviada e o sistema acionado. Simbolicamente, a sede da Igreja romana também irradiava a modernidade e fazia as pessoas olharem para o reinado de Cristo.

A espiritualidade devotada a Cristo Rei ressurgiu forte nesse período. Mesmo considerando que o Brasil permaneceu um reinado depois de sua independência - ao contrário dos demais países da América do Sul - não é estranha essa ênfase numa república instaurada em nome do progresso? E se Cristo reina, quem seriam seus súditos? Todo o povo? A universalidade de seu reino coaduna-se com o crescente nacionalismo da década de trinta no Brasil? Sobre tais questões refletiremos nesse artigo.

### **Ir além da fé**

Uma primeira pista para entender a ênfase na realeza de Cristo é não considerá-la um anacronismo. Se o catolicismo do início do século XX retomou inspirações da época medieval, é claro que elas possuíam um significado importante para a época. O movimento teológico neotomista retomou a tradição de uma era em que a Igreja Católica era soberana e tentava conciliar suas doutrinas com a nova organização social emergente. Não se tratava, portanto, de um simples “romantismo”, mas da busca por maneiras de se afirmar em um mundo que se pensava autônomo e, até, tinha declarado a “morte de Deus”.

No período em que São Tomás (1225-1274) escrevia a *Suma Theologica*, um movimento havia modificado fortemente o cristianismo europeu, aproximando a igreja das massas, nas palavras de Canetti: as Cruzadas (Canetti, 1995, p.156). Elas não foram somente uma tentativa de reconquista da terra considerada santa, mas uma nova postura que se inseriu na espiritualidade. Deixou-se de lado os aspectos humildes da vida de Cristo para ressaltar sua realeza. Daí deduziu-se sua função de guerreiro. Inaugura-se na cristandade a postura de conquistador que leva a verdade divina, que tanto marcou, posteriormente, a história latino-americana. Esse ideário dos “soldados de Cristo” foi retomado na teologia do início do século XX.

Um autor influente dessa época, com obras traduzidas em diversas línguas, foi o francês Jacques Maritain (1882-1973). Ele colocava com muita clareza a tentativa de construir uma **Nova Cristandade**. Isso significava duas coisas. Em primeiro lugar, uma clara idealização do período medieval, como vemos em sua obra, redigida em 1934, depois publicada com o título de *Humanismo Integral*. Ali ele afirma: “Nesses tempos medievais, uma comunhão em uma mesma fé viva, da pessoa humana com as outras pessoas reais e concretas, e com o Deus que elas amavam, e com a criação inteira, tornava, no meio de muitas misérias, o homem fecundo de heroísmo, assim como em atividades de conhecimento e de obras de beleza” (Maritain, 1962, p. 6)<sup>3</sup>.

Destaque-se esta figura do herói cristão, que encarnaria esse humanismo integral, ou seja, o que incorpora as dimensões materiais e espirituais, o natural e o sobrenatural. Por que herói? Devido à concepção de combate, de superação do mundo moderno, tecnocrata e pragmaticamente ateu. Mas nesse combate há uma postura bem moderna: a união entre teoria e prática. Traduzindo em termos teológicos, coloca-se a necessária articulação da fé com a ação. O heroísmo cristão, portanto, é a “nova forma de santidade”, que eleva a ordem temporal ao plano divino. A cristandade possui, assim, sua segunda dimensão, a escatológica e utópica, a guiar os cristãos. Em síntese, como é comum no catolicismo, volta-se simbolicamente ao passado para que se conquiste o futuro.

Ora, o mundo combatido não era somente externo, ou em outro continente, era também interno. A reflexão teológica neotomista volta-se para os valores que guiam os sujeitos. Poderíamos falar, com Procópio Camargo, de “internalização da fé”, conceito elaborado pelo sociólogo no final dos anos

sessenta como síntese e testemunho deste processo de mudança. Conforme o autor:

Religiões internalizadas, quer pentecostal, espírita ou católica, têm em comum o fato de oferecerem modalidades de orientação de vida para considerável parcela da população brasileira, que se vê envolvida em intenso processo de mudança social. (...) Estas modalidades religiosas são capazes, cada qual a seu modo, de dar forma e impregnar de sentido um estilo de vida relativamente adequado ao setor que se moderniza na sociedade brasileira (apud Pierucci; Prandi, 1996, p. 10).

Para nosso estudo, dois aspectos se destacam nesta definição. O primeiro é o enfoque na orientação dada, a partir do compromisso religioso, para a maioria da população do país, processo complexo que envolve tanto a popularização de certas crenças e valores quanto a própria instituição do povo enquanto sujeito político-social. A outra questão importante está na relação com a modernização, na concepção da fé como agente modernizador dos comportamentos. Nesse ponto, propomos não somente que houve uma "adequação", como diz o autor, mas que a modernidade pode ser produzida também pela crença religiosa.

Esses problemas nos parecem centrais para entender as transformações religiosas do início do século XX, o que poderia ser plenamente simbolizado pela noção de "militância". Depois do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação, o termo pode parecer comum ou, até, desgastado. Isso não pode nos impedir de percebê-lo enquanto uma grande novidade religiosa do início do século passado. A fé ganhou dimensões, antes, inusitadas, com os movimentos reunidos sob a inspiração da Ação Católica, transformando todo o campo religioso latino-americano. A partir de então, "no princípio está a ação", como escrevera Goethe (1749-1832) no Fausto.

Um importante leitor de Maritain no Brasil, Alceu Amoroso Lima (1893-1983), nos permite entender melhor o conceito. Depois de dar aquele curso diversas vezes nas paróquias, ele reuniu seu material e publicou, em 1938, a obra "Elementos de Ação Católica". Ali clamava pela necessidade de passar do "catolicismo praticante" para o "catolicismo militante". O primeiro é o catolicismo que poderíamos chamar de tradicional, relacionado à frequência regular aos sacramentos. Estes deveriam ganhar uma dimensão integral nos novos tempos que se inauguravam. O batismo, por exemplo, tradicionalmente o início da vida

cristã, tinha agora de ser do coração, como em Santo Agostinho, da inteligência, indicado por São Tomás de Aquino, e da vontade, indicada pela “missão atual da igreja”. Conclui o raciocínio defendendo que “a Ação Católica, sùmula da cristianização moderna do mundo pela Igreja, outra coisa não é senão o batismo da vontade humana, que tentou, e tenta ainda, criar uma civilização sem Deus [...]” (Lima, 1946, p. 12).

Como se vê, há uma ruptura com a religiosidade tradicional, uma reinterpretção radical de elementos já conhecidos, na busca do novo. Esse olhar no futuro, típico da modernidade, é colocado como meta da fé, redesenhando a providência divina pela conquista pragmática da vontade dos fiéis. Depois disso viria a ação conjunta, o poder da união em torno do projeto de Nova Cristandade a construir. Essa seria “a estratégia e a técnica mais moderna da igreja para partir à conquista da Idade Nova. É a organização de suas milícias [...] (para a) infiltração direta em toda a linha, em vez de ataque de massa e em ligação com o Estado e a política” (Lima, 1946, p. 126). A utilização da linguagem militar é evidente, pois trata-se de trabalhar com “soldados de Cristo”.

Para tudo isso, um objetivo que nos parece demonstrar quão inovadora é essa postura está na missão fundamental do militante: “recatolizar os católicos” ou a “conversão dos católicos”. Os termos que se sobrepõem apontam para o grau de internalização da fé que é exigida, pois uma nova identidade visa superar a antiga, sem romper com esta. Esse processo deveria atingir o homem total, como se dizia na época, e também adentrar na alma do povo.

### **Um novo corpo de Cristo**

Esta aí uma novidade teológica: **o povo**. Tornou-se tão importante no século passado que parece existir desde sempre... Mas ele emergiu como assunto religioso, basicamente, na segunda metade dos oitocentos. Claro que, um pouco antes, o grande impacto veio com a Revolução Francesa, com toda aquela vontade de ruptura que trouxe consigo. Ali, como na independência norte-americana, ele surge como símbolo de uma unidade, como “alma” da nova nação que procura emergir<sup>4</sup>.

Certa idealização e olhar exótico emergem nesse período, passando o povo a se constituir como “objeto de ciência” durante a segunda metade do século XIX.

Assim surgiram as Ciências Sociais, com seus autores clássicos estudando os “problemas” do comportamento popular. Havia os que poderíamos chamar de otimistas, como Karl Marx (1818-1883) e Émile Durkheim (1858-1917), e os pessimistas a exemplo de Gustave Le Bon (1841-1931) e Gabriel Tarde (1843-1904). Mas uma coisa os unia: a abordagem patológica da sociedade. Esse enfoque constituiu a primeira caracterização do povo no meio científico-intelectual.

A instituição eclesiástica não ficou atrás. Ela assume o tema a partir da chamada *Questão Social*, expressão que circulava nos debates legislativos da época. O problema básico estava na proteção da vida dos trabalhadores, em seus direitos, e na atribuição da cidadania. A especificidade da intervenção da igreja se dá, primeiramente, a partir da teologia moral. Foi deste ponto de vista que o Papa Leão XIII (1813-1903) resolveu publicar, em 1891, aquela que é considerada a primeira encíclica social: a *Rerum Novarum*.

Por que um Papa deve tratar, com a autoridade que lhe é peculiar, de problemas econômico-sociais? Colocar essa questão é importante para se entender a postura moderna da hierarquia católica no combate ao “mundo moderno”. Sim, para combatê-los, ela utiliza armas semelhantes ao de seus inimigos: o Estado secular e o Mercado. Essas instituições, após conquistarem sua relativa autonomia do campo religioso, pretendem assumir o papel de organizadoras do mundo social. O catolicismo, obviamente, não quer perder totalmente seu prestígio e poder, resistindo com uma estratégia dupla:

- a) Reforça seu domínio nos assuntos **espirituais** – O Concílio Vaticano I é o maior exemplo disso, com a reafirmação de doutrinas tradicionais do catolicismo e a ênfase na autoridade suprema do Papa. Nesse sentido, a secularização foi assumida e a hierarquia busca readequar-se ao mundo moderno, mesmo condenando-o dogmáticamente, como fez Pio IX<sup>5</sup>;
- b) Aproveita-se das fraquezas da política e da economia para reafirmar sua autoridade – A abordagem dos problemas sociais, ao invocar a ética, toma por plataforma um campo deixado pela modernidade sob domínio religioso para avançar na tentativa de **crislianizá-la**. Com tal finalidade, as encíclicas<sup>6</sup> invocarão o direito natural e tentarão demonstrar as falhas do Estado e da

Economia liberais, bem como do comunismo. Os documentos emanados durante o longo papado de Leão XIII são exemplo disso.

A *Rerum Novarum*, então, tem por tema o problema dos trabalhadores. Assume suas dores na tentativa de defendê-los da voracidade do capitalismo e das ilusões do socialismo. Não fala propriamente em povo, mas nas “classes inferiores da sociedade”<sup>7</sup>. A igreja seria a única que poderia salvar os pobres e os ricos, porque somente ela é capaz de gerar a harmonização entre todos. Na encíclica está escrito que “como no corpo combinam entre si os diversos membros, fazendo surgir aquela proporcional disposição que se poderia justamente chamar de harmonia, assim também a natureza dispôs que na sociedade humana, as ditas classes gêmeas concordem de maneira harmoniosa e se ajustem para conquistar o equilíbrio” [§14].

Note-se que o texto fala em natureza e acima referimo-nos à importância do direito natural. Não é invocado um princípio divino ou sobrenatural, nem dogma, nem a Revelação. O Sumo Pontífice é o interprete autorizado do Deus todo-poderoso que criou a natureza de todas as coisas, inclusive da sociedade. Tal doutrina, derivada diretamente de Tomás de Aquino<sup>8</sup>, fornece a base dos combates sócio-políticos que se seguirão. Invocando a natureza ou a Deus, permanece, todavia, a constante tentativa eclesiástica de assumir discursivamente um lugar neutro. Explicando melhor, é do “além” que ela busca exercer seu domínio.

O impacto da postura de Leão XIII foi grande na América Latina. Até porque, logo após a publicação da *Rerum Novarum* foi convocado, para reunir-se em Roma, o Primeiro Concílio Plenário Latino-americano. Reunidos em 1899, o documento final produzido pelos bispos fala com muita cautela dos problemas sociais, emergindo com muito maior força a questão do Estado laico. Os enfrentamentos com os governos republicanos ainda eram sentidos pelo episcopado, condenando-se explicitamente os que pretendiam governar sem seguir as regras da igreja: “os governantes devem ter presentes que Deus é o supremo governante do mundo e deve ser promovido como exemplo e norma na administração do Estado. (...) Não pode o estado, sem tornar-se réu de um grande crime, atuar como se Deus não existisse, ou desentender-se da religião,

como se fosse algo estranho e inútil.”<sup>9</sup>

A doutrina seguida, ainda de origem tomista, é que a igreja seria uma sociedade perfeita, modelo para os agrupamentos humanos. Afinal, o deus que criou o Estado e a sociedade era ali manifesto através da hierarquia clerical. Mas o Estado tem importantes funções na coordenação das relações entre os grupos sociais. Ele é o parceiro privilegiado da **ordem**, como os bispos desta época a pensam. A sociedade civil deve ser regulada por esta ordem, considerada natural, tanto no temporal quanto no espiritual, unidas de tal maneira que “se compara com a união da alma e do corpo no homem”, como diz o capítulo onze do documento.

E o que mais inquietava na sociedade civil? As **desordens** políticas e sociais, a rebelião do povo seduzido por líderes iníquos. As intervenções da igreja visam, destarte, recolocar-se como organizadora maior dos movimentos sociais. Ela, portadora dos valores divinos, é a mãe e mestra de todos.

Nesse sentido podemos ler a obra-manifesto do padre Julio Maria, publicado no ano seguinte ao Concílio Plenário. Talvez marcado pelo liberalismo da Faculdade de Direito de São Paulo<sup>10</sup>, ele busca uma aproximação com o povo na avaliação do catolicismo brasileiro que fez para o Livro do Centenário. Já para Kadt, sua principal intenção foi “a aceitação e a aplicação pela igreja brasileira [...] dos ensinamentos de Leão XIII” (Kadt, 2003, p. 189). De qualquer modo, sua preocupação é clara: “Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver, senão duas forças: a igreja e o povo. E se uni-las é, no mundo, o ideal do Papa, concorrer para essa união é, no Brasil, o dever dos católicos” (Maria, 1981, p. 119).

Nesse texto, o povo brasileiro é colocado como aliado da instituição eclesiástica, como uma força ser somada ao poder de Deus. O ponto chave de união, óbvio, seria a tradicional fé católica. Então, as lutas seriam semelhantes, articulando-se discursivamente os direitos do povo e os da igreja. E mais, para este sacerdote essa realmente seria a grande tarefa do catolicismo na república: o combate<sup>11</sup>. Verdade que o conceito de povo surge na teologia da virada do século bastante abstrato, indefinido, caracterizado com cores idealistas e românticas, de modo parecido ao que ocorre na democracia liberal. Mas vemos que nessa união intentada entre igreja e povo, o catolicismo militante dá seus primeiros sinais. Todos deverão marchar regidos pelo bordão régio de Cristo.



### O reinado de Cristo (é) na sociedade

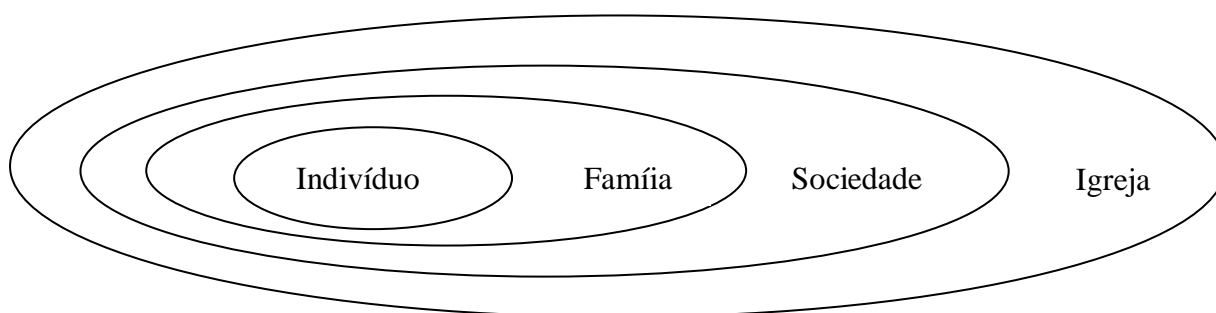
Vemos a importância de reencontrar a espiritualidade do Cristo Rei, que é o redentor do Brasil e da sociedade moderna. Na política estatal, esse reinado não poderia mais ser manifesto explicitamente, já que o governo republicano não reconheceu oficialmente sua soberania. Resta, então, a vocação para atingir outros domínios, talvez, ainda mais poderosos. Os dispositivos construídos pela instituição eclesiástica envolvem novas formas de subjetivação com antigos símbolos, como fez o Papa Pio XI.

Assim que tomou posse, em 1922, ele publicou a encíclica *De Ubi Arcano*, tratando da reconstrução do mundo após a Primeira Grande Guerra (1914-1918). Após apontar uma série de problemas do mundo, desde a ganância ao casamento não religioso, ele reafirma a “instituição divina” da igreja católica, única capaz de “remediar os males do mundo e levar à paz genuína” (1922, p. 9)<sup>12</sup>. Recupera-se, destarte, a posição de supremacia perante os países, conforme o modelo da cristandade medieval. A Santa Sé estaria acima das nações, podendo até sustentar um novo direito internacional (1922, p. 9). E qual a base dessa paz, da reconstrução das nações e da nova ordem mundial? Cristo, o rei! Ressalta o Papa:

Porque Jesus Cristo reina na mente dos *indivíduos*, com sua doutrina, no coração, com seu amor, na vida de todos com a observância de sua lei e a imitação de seu exemplo. Reina Jesus Cristo na família, quando formou na santidade do casamento [...] o caráter inviolável do santuário onde a autoridade dos pais é modelada sobre a paternidade de Deus [...]; reina na *sociedade civil*, quando é reverenciada e reconhecida a soberania suprema e universal de Deus, a origem divina e a autoridade da ordem social... ; reina quando se reconhece a Igreja de Jesus Cristo, o lugar que ele mesmo deu na sociedade humana, dando-lhe forma e constituição de sociedade... (1922, p. 10, grifos no original)

A representação do mundo social descrita pela sumo pontífice é concêntrica. Os indivíduos (ou a pessoa humana, para utilizar um termo com maior carga teológica) são o núcleo de tudo. Tanto no nível intelectual quanto no emocional, a soberania de Cristo precisa ser respeitada para que se atinja a felicidade. O segundo nível seria a família, célula *mater* ou o campo básico da reprodução das estruturas sociais e religiosas. A instituição eclesiástica, ao menos desde o fim da Idade Média, buscava normatizar as relações da esfera

familiar com rigor. O terceiro nível é a sociedade civil, que não é um campo novo de intervenção. Porém, com a emergência da democracia liberal afirma insistentemente sua autonomia. Por fim, englobando tudo, está a dimensão sobrenatural da igreja. Esta é o veículo especial da vontade divina, a ser seguida por todos. Assim, o sobrenatural não é separado das outras esferas, não é algo específico, como algumas análises colocam, mas, para o clero, está envolvendo todas as áreas da vida. Em termos gráficos, teríamos:



Esquema 1 – Cosmvisão gerada pelos valores da Encíclica *De Ubi Arcano*

Nesta concepção, a posição do Papa, cabeça da igreja, é privilegiada para *pensar* soluções para a humanidade. A assertiva pode parecer óbvia, mas o que intentamos deixar explícitas são as **condições de representacionalidade** articuladas no discurso emitido pelo Vaticano. Ele é revestido de uma autoridade especial e repercute no catolicismo global. O Projeto de D. Leme para construir uma imagem de Cristo Rei no Morro do Corcovado, abençoando o Brasil, surgiu no ano seguinte à mensagem papal<sup>13</sup> e, como veremos, essa espiritualidade aparecerá nas lutas pela afirmação católica durante a construção de Goiânia.

Curiosa é a ausência do Estado no parágrafo acima. Isso, cremos, porque os fins políticos desta encíclica virão por um caminho indireto. Ora, caberia aos fiéis católicos lutar pela “restauração do reino de Cristo” (1922, p. 10 e p. 12). O chamado é destinado especialmente aos leigos que, devotados ao reinado de Cristo, trariam

...o espírito cada vez mais popular e operoso do apostolado, através da oração, das palavras, com boa imprensa, com o exemplo de vida, com todas as obras de caridade, procurando por todas as formas levar as almas ao Sagrado Coração e fazer retornar a soberania do Coração de Cristo Rei à família e à sociedade. Referimo-nos à batalha santa, travada em muitas frentes... (1922, p. 12)

Atuar **por todas as formas** nesta luta é saber que não há campo autônomo neste ideal de cristandade, adaptada ao mundo moderno. Não existe, exatamente, uma doutrina social ou política da igreja; há somente a visão integralizante e totalizadora dessa teologia oficial.

Os soldados para a “batalha santa”, citada acima, seriam treinados através da Ação Católica, nomeada explicitamente na encíclica. Esta organização foi totalmente reestruturada por Pio XI e ganhou grande importância dentro da estratégia para que o projeto de neocristandade fosse efetivado. Na carta enviada por este Papa na fundação da Ação Católica Brasileira, em 1935, a ideia reaparece explicitamente. O novo movimento seria formado por “um exército pacífico que tem de combater a santa batalha para instaurar e promover o reino de Cristo”<sup>14</sup>.

Pio XI escolheu, em 1925, um dia especial para demonstrar que Cristo é o rei absoluto e incondicional do mundo: o último domingo de outubro de cada ano. Em 1936, o professor Hargreaves realizou uma conferência, promovida pela Ação Católica mineira, celebrando a data e explicando “O sentido social da festa do Cristo Rei”. O artigo editado pela revista *A ordem*, bastante influente no período, ensina que não haveria separação entre o espiritual e o temporal, entre a técnica e piedade, existindo de fato um “déficit de encarnação” dos católicos. O reinado de Cristo, portanto, restauraria o pleno sentido de ser católico: “Não pode haver estado cristão, política cristã, alheios à ordem espiritual, alheios à catolicidade, ao espírito universal da igreja, que deve incluir e superar todas as demais ordens” (Hargreaves, 1937, p. 19).

Tudo pertence a Cristo e nada pode existir sem ele. Ou sem ela, a igreja católica, representante verdadeira e única Dele. Mas, e se uma nova cidade for criada com intenções seculares? Se o projeto for levado a cabo por um líder maçom, adepto da tolerância liberal?<sup>15</sup> Essa demanda de unidade, demonstrada tão fortemente na espiritualidade do Cristo rei, seria expressa de que forma?

### **Novas vestes para o rei**

Um artigo publicado na primeira página do jornal goiano *Brasil Central*, em maio de 1937, foi intitulado *Pela Pátria*. A expressão possui muitos sentidos.

O primeiro indica uma motivação, uma luta, a defesa de um ideal que, a princípio, seria nacionalista. O segundo significado é mais espacial, geográfico, remetendo a uma região. O terceiro aponta para uma causa primeira, um objeto a ser conquistado, no sentido de sacrificar-se pelo país. Os três significados guiam a argumentação do autor na tentativa de seduzir intelectualmente os leitores.

A época é retratada de maneira sombria, rejeitando os valores frontais do mundo. O igualitarismo absoluto e democrático seria bastante pernicioso, pois desse modo seriam desfeitas a hierarquia entre pais e filhos, governantes e governados. Sem controle, restariam as paixões desenfreadas do ser humano. Como a vida poderia seguir naquela desordem? Responde o articulista que “há um único caminho que nos salvará. Em primeiro lugar, deveria ser a volta de cada um para Deus, para que sejamos elemento de ordem. Em segundo lugar, ainda mesmo que fracassem para muitos a conversão, não importa, o povo brasileiro é religioso por instinto. [...] O Brasil precisa de um governo que sairá genuinamente da coletividade”<sup>16</sup>.

O artigo deveria falar de política e nacionalidade, e até faz um convite explícito para o voto dos católicos, mas a solução é visada por outras vias. O caminho espiritual é destacado como princípio de tudo, como fundamento da existência. O reinado de Cristo, como vimos, deve ocorrer primeiro no coração.

A ênfase individualista é reforçada pelo ideal moderno de conversão. Esse tipo de experiência foi básico dentro do mundo protestante e agora passava a ser uma trajetória normalizada pelo catolicismo. Surge nos fins do século XIX figura do intelectual **converso**<sup>17</sup>. A idéia se assemelha ao ideal da internalização da crença, já comentada acima, somada ao corte radical no tempo, instituindo um antes e um depois àquela experiência existencial.

O terceiro elemento colocado é coletivo. Fala-se de um instinto religioso que seria católico, ou seja, tanto universalizável quanto pertinente a uma tradição. Existe uma tendência na época em relacionar o catolicismo com a identidade brasileira, uma espécie de *topos* discursivo da época. A lógica é exclusivista, pois as confissões cristãs concorrentes, como o protestantismo, demais religiões, como o espiritismo, e outras comunidades paralelas, a exemplo da maçonaria, seriam intrusas, estranhas à sociedade nacional.

Por fim, surge o governo. O Estado deveria emergir do povo, sendo este fiel

ao catolicismo romano. Não foi a toa que, um pouco antes desse artigo, fora lançada em Goiás a *Cruzada Social Pro Cristo Rei*. No início de 1937, o manifesto que a proclamava dizia: "Cristo Rei é o grito de nossas consciências; é o clamor de nossas vontades; é a explosão de nossas almas; é a declaração de nossas inteligências; e é o sentimento e a fortaleza de nossa dignidade"<sup>18</sup>. O sujeito plural demonstra o peso da coletividade, ressaltada igualmente no artigo anterior. Sua solidificação é uma peça-chave desta época.

O intento provém também da política. A formação de uma unidade social é uma característica essencial do chamado **populismo**, que começa a emergir no Brasil após a Revolução de Trinta. O interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira (1891-1973), teve carreira paralela à do presidente Getúlio Vargas: ocupou o poder executivo em 1930, foi eleito governador em 1934 e permanecerá comandando até o fim do regime estado-novista, em 1945. Depois, retornará ao governo em 1950. Foi ele que levou a cabo a antiga idéia de fazer uma nova capital goiana, iniciada no ano de 1933. A transferência foi efetivada, por decreto, em março de 1937.

D. Emanuel fora nomeado por Pio XI, em 1922, como bispo de Goiás. Não fez oposição ao movimento revolucionário, mas parece ter tido boas relações com os grupos retirados do poder. Logo no início do novo regime, uma divergência: a verba de cem contos destinada para a conclusão da Catedral de Goiás pelo ex-presidente estadual Brasil Caiado foi cancelada (Silva, 2006, p. 258). Depois, de forma a dar mais legitimidade ao processo, ele foi convidado por Pedro Ludovico para integrar a comissão que escolheria o lugar de edificação da nova capital. Porém, sua opinião ficara vencida e escolhida outra região<sup>19</sup>. Por fim, a igreja católica não recebeu os benefícios que esperava no planejamento de Goiânia, nem a prometida catedral foi construída, apesar das promessas e ritos públicos<sup>20</sup>.

Destarte, não ocorreu em Goiás a aliança com o Estado, como se efetivara em outras regiões e, especialmente, no nível federal após a Revolução de Trinta. Podemos até utilizar o conceito de neocristandade, mas se ele alcançar uma dimensão ampla, muito além do eixo religião-política que predomina na historiografia.

Em Goiânia, cidade que de principio deveria romper com as tradições<sup>21</sup>, o catolicismo ganhará força pública principalmente através da atuação social, meio

pelo qual pôde, inclusive, receber financiamento governamental. Primeiramente, isso ocorreu na área da saúde, criando a Santa Casa de Misericórdia, por algum tempo o único hospital na nova cidade (Doles, 1999). Em segundo lugar, através da educação primária e secundária, com os colégios entregues à administração de ordens religiosas (Meneses, 2001).

Podemos ver nessa solução para a presença do catolicismo na nova capital um movimento histórico ambíguo: ao mesmo tempo aceitam-se certos pressupostos do processo de modernização social, e ao mesmo tempo ocorre uma adaptação religiosa deste. Afinal, é a **utilidade** dessas instituições educacionais e de saúde que é destacada. Ou seja, a crença tem valor se, e somente se, transformada em prática. Por outro lado, a religião manifesta-se em áreas onde a sociedade goianiense era bastante carente, corrigindo a ineficácia do Estado.

O caminho da política, claro, também foi um veículo para a expressão dos ideais da igreja. A Liga Eleitoral Católica (LEC) havia sido articulada nacionalmente por D. Leme, o importante cardeal do Rio de Janeiro e principal liderança da igreja católica no Brasil da época. A LEC articulou-se em Goiás, tentando influenciar no resultado das eleições e arrematar alguns favores ao apoiar o partido do interventor. Em sua “Carta aos fiéis acerca das eleições para a Assembléia Constituinte”, de 1933, o bispo D. Emanuel escrevia:

A igreja jamais pretendeu disciplinar os interesses políticos aos quais deve prover o Estado; mas quando se trata de tutelar os tesouros religiosos e morais do povo; quando os interesses da Religião sofressem ameaças; quando a Hierarquia da igreja fosse desprezada e vilipendiada em sua autoridade; quando, numa palavra, a política se aproximasse do Altar e a ordem publica corresse risco de subverter-se, então a igreja tem o direito e o dever de intervir, e de declarar a todos, reis e povos, governadores e súditos, a verdade e indicar indistintamente, a quem quer que seja, as próprias obrigações... (apud Vaz, 1997, p. 225)

O direito e o dever de intervir advém do reinado de cristo na sociedade. Seu domínio é ilimitado e seu cetro deve reger a todos indistintamente. Este rei esteve plenamente presente na democracia, assumindo algumas vestes novas, a exemplo do *art-decò* do Cristo Redentor no Corcovado.

Em uma cidade criada sob inspiração da modernidade, a exemplo de Goiânia, claro que religiosidade teve de ser reformulada, como também o foram o modo de administração, de consumo, de circulação, de produção cultural, de reinvenção das tradições. Precisaremos voltar a Simmel (2005), em seu texto

clássico de 1902, para perceber o impacto do mundo urbano sobre a vida espiritual?

### **Considerações Finais**

A lógica da manipulação que perpassa as análises da cristandade, ou da neo-cristandade, precisa ser rompida para uma melhor compreensão de como o catolicismo esteve presente nos arranjos de poder forjados no desenvolvimento do populismo. Esse processo político-cultural complexo intensificou a produção simbólica para criar novos sentimentos na população, como demonstraram os estudos de Capelato. Assim, a “grande família” da Pátria deveria seguir seu líder maior, encarnação do Estado para a população (Capelato, 1998, p. 256). Da mesma forma, a grande família católica seguia seu Rei universal. De ambos viria a solução dos problemas, ambos poderiam resolver os males da nação, lembrando-se que os “súditos” e os cidadãos muitas vezes eram os mesmos.

A criação de Goiânia é um exemplo do rápido processo de urbanização, momento ímpar da *Marcha para o Oeste* pregada pelos governos getulistas. A rearticulação da fé na cidade moderna é fática e, na recomposição de forças após a Revolução de Trinta, a ação católica foi penetrando por novas vias ou pelas tradicionais ressignificadas. Pode-se dizer que os símbolos e ritos permaneceram, mas foram adquirindo outros significados.

Mobilizar o povo era, então, a tarefa fundamental. O Estado passou, nesse período, a ser um grande difusor do poder simbólico<sup>22</sup>. A instituição eclesiástica, por sua vez, possui um acervo consolidado de símbolos da coletividade. A cultura política populista e a religiosidade da neocristandade às vezes confluíram e às vezes competiram, mas não romperam com a hierarquização que substituiu a realidade social por uma palavra: povo.

Essa palavra chamariz – um significante flutuante, que engloba diversos sentidos, conforme a teoria de Laclau – desperta representações e afetos pragmáticos, atraindo principalmente a classe média. Esse é o elemento novo que emerge na época, tornando-se fundamental tanto para a política eclesiástica quanto para a estatal.

Neste artigo demonstramos que, sim, um rei pode ser funcional na democracia burguesa. Ou seja, o discurso monárquico e absolutista do

catolicismo coaduna-se com a postura totalizadora da sociedade moderna. Os arranjos locais e específicos ocorridos, perante as crescentes demandas dos grupos sociais precisam, ainda, ser melhor conhecidos.

## Referências

ALVAREZ GILA, O. e ALEJOS GRAU, C. J. La acción social y cultural de los católicos hasta El Vaticano II. In: SARANYANA, Josep I. (dir.). *Teología en América Latina*, v. 3. Madrid: Iberoamericana, 2002.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil*, terceira época. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BEOZZO, José O. Padre Julio Maria – uma teologia liberal-republicana numa igreja monarquista e conservadora. In: VVAA. *Historia da Teologia na América Latina*. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 107-127.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMACHO, Ildefonso. *Doutrina Social da Igreja: enfoques históricos*. São Paulo: Loyola, 1995.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria H. Rolim. *Multidões em cena*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

DOLES, Dalísia E. M. Martins. A Santa Casa e os hospitais pioneiros de Goiânia. In: FREITAS, Lena C. B. Ferreira de (org.). *Saúde e doenças em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

HARGEAVES, H. J. O sentido social da festa do Cristo Rei. *A Ordem*, Rio de Janeiro, vol. XVII, jan. 1937.

HERVIEU-LEGER, Daniele. La religion des Européens: modernité, religion, sécularization. In: DAVIE, G et HERVIEU-LEGER, D (dir.). *Identités religieuses en Europe*. Paris: La découverte, 1996, pp.9-22.

\_\_\_\_\_. Producciones religiosas de la modernidad. In: MALLIMACCI, F. (org.). *Modernidad, religion y memória*. Buenos Aires: COLIHUE Universidad, 2003.

KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

LACLAU, Ernesto. *La razón populista*. 5. ed. México: Fondo de Cultura, 2010.

LIMA, Alceu Amoroso. *Pela cristianização da Idade Nova*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1946.

MARIA, Padre Julio. *A igreja e a república*. Brasília: Editora da UnB, 1981.



MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral* – uma visão nova da ordem cristã. São Paulo: Dominus Editora, 1962.

MENESES, Áurea Codeiro. *D. Emanuel Gomes de Oliveira: arcebispo da instrução*. Goiânia: AGEPEL, 2001.

MONTEIRO, Orfélia Sócrates do N. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica dos Tribunais, 1938.

PIERUCCI, F. e PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Cônego Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas*. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, 2005, p. 577-591.

SYRETT, Harold (ed.). *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

VAZ, Ronaldo Ferreira. *Da separação igreja-estado em Goiás à nova cristandade*. Diss. de Mestrado em Historia. Universidade Federal de Goiás, 1997.

WINS, Antonio P. Cinquentenário da inauguração do Cristo Redentor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 338, jan.-mar. 1983, p. 211-241.

---

<sup>1</sup> Movimento importante nas artes dos anos vinte e trinta do século passado, caracterizado pela tentativa de modernamente unir elegância com funcionalidade. Esse valor funcional, colocada na imagem de Cristo, simboliza um movimento histórico da igreja do início do século XX, o que desenvolveremos a seguir.

<sup>2</sup> Uma reprodução desta medalha encontra-se em Riolando Azzi (2008, p. 227). Um relato detalhado da campanha para a construção do Cristo Redentor no morro do Corcovado e de sua inauguração pode ser lido em Wins (1983).

<sup>3</sup> Esse livro é fruto de um curso dado por ele, que tinha comotítulo original “Problemas espirituais e temporais de uma Nova Cristandade”. Destacando a importância da recepção deste autor na América Latina, Alvarez Gila e Alejos Grau escrevem que “ao reunir sua profunda adesão à doutrina católica com a defesa da dignidade da pessoa e de princípios democráticos, seu humanismo integral formou a base teórica da reorganização da democracia cristã na América” (2002, p. 205).

<sup>4</sup> A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América apresentam o termo “povo” desta forma. Seu preâmbulo diz: “Quando no curso dos acontecimentos humanos se torna necessário para um povo dissolver o vínculo político que o mantinha ligado a outro, e assumir entre as potências da terra a situação separada e igual que as leis da natureza e o Deus da natureza lhe dão direito...” (apud Syrett, 1980, p. 65). A ambigüidade do símbolo surge no parágrafo final, quando os congressistas assumem falar “em nome do bom povo destas colônias” (id., p.67). Note-se, ainda, a invocação da figura divina como base do direito natural, o que se fará presente também na reflexão do magistério católico. Seguimos nesse tópico próximo das análises feitas por Michel de Certeau (1995). Para a importância do “significante” povo na instituição das práticas políticas modernas, nos inspiramos em Ernesto Laclau (2010).

<sup>5</sup> Condenação feita através da encíclica *Quanta Cura* e, seu anexo, o *Syllabus* de erros do mundo moderno (1864). O texto pode ser lido na página [www.monfort.org.br](http://www.monfort.org.br). Talvez essa leitura

---

“modernizante” da documentação eclesiástica possa parecer estranha a muitos leitores, pois ela rompe com toda uma tradição interpretativa. Para aprofundamentos de como a modernidade produz religiosidade, não sendo somente combatida, consideramos interessantes os estudos de Hervieu-Leger (1996 e 2003).

<sup>6</sup> Esse foi um tipo de comunicação (uma carta) da Santa Sé que surgiu durante o enfraquecimento do poder papal no século XVIII. Serve para tocar em assuntos pontuais e problemas que não são de natureza confessional. Contudo, por emanar do trono papal, possuem autoridade na teologia e pastorais católicas, sendo cada vez mais utilizadas no período recente.

<sup>7</sup> Esta encíclica está disponível no site do Vaticano ([www.vaticano.va](http://www.vaticano.va)). Para a história de sua elaboração, é interessante a obra de Ildefonso Camacho (1995).

<sup>8</sup> As obras de Aquino foram explicitamente citadas dez vezes nesta encíclica.

<sup>9</sup> Cap. X – Da sociedade civil. Esta é parte mais política do documento, seguindo-se um item sobre a relação entre igreja e Estado. O texto final do Concílio pode ser lido em [www.multimedios.org/docs](http://www.multimedios.org/docs). Acesso em 28/12/2011.

<sup>10</sup> Formou-se durante a década de setenta, do século XIX, foi promotor público e parlamentar antes de tornar-se padre. Era um intelectual de prestígio na virada do século, o que justifica seu convite para o livro comemorativo “do Centenário”, editado em 1900. Sobre sua vida, suas idéias e sua influência na política eclesiástica, um dos melhores trabalhos ainda é o artigo de Beozzo (1981).

<sup>11</sup> Dessa forma ele concluiu o terceiro capítulo da obra: “O período da Republica não pode ser ainda para a religião, como foi o colonial, o do esplendor. Não é também, como foi o do Império, a decadência. É, e não pode deixar de ser – o período do combate” (Maria, 1981, p.117).

<sup>12</sup> A encíclica está disponível no site do Vaticano ([www.vaticano.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals](http://www.vaticano.va/holy_father/pius_xi/encyclicals)). Acesso em 13 de dezembro de 2011. Citaremos o documento somente pela página.

<sup>13</sup> O projeto, na verdade, teve várias fases e versões. Seria construído para as comemorações do centenário da independência (em 1922) com uma imagem de cristo feita de bronze sobre o Pão de Açúcar. Depois, o monte passou para o Corcovado, onde seria colocada uma grande cruz. A campanha para a construção do Cristo Rei no mesmo lugar começou em 1923, com a liderança do bispo do Rio de Janeiro D.Leme.

<sup>14</sup> *Quam Vir Nostra*, datada de 27 de outubro de 1935. Disponível em [www.multimedios.org/docs](http://www.multimedios.org/docs), consultada em 02 de janeiro de 2012.

<sup>15</sup> Além de ser trigésimo-terceiro grau na maçonaria, Pedro Ludovico Teixeira foi considerado em seu tempo um “agnóstico e anti-clerical”, como relata Ronaldo Vaz (1997, p. 244). A incompatibilidade entre catolicismo e maçonaria era um problema já antigo, que circundava as elites desde a Questão Religiosa, nos fins do período imperial brasileiro.

<sup>16</sup> *Jornal Brasil Central*, 15 de maio de 1937. Esse jornal era publicado pela Diocese de Goiás, desde os fins de 1931, com a proposta de ser um jornal católico voltado para o público em geral. Os primeiros volumes se perderam e a coleção que tivemos acesso inicia em 1937. Sua edição nesta época era quinzenal.

<sup>17</sup> Uma série de intelectuais tiveram experiências assim, de uma identificação radical com a igreja, tanto na Europa quanto no Brasil. O assunto merece, ainda, trabalhos de fôlego.

<sup>18</sup> *Jornal Brasil Central*, 30 de janeiro de 1937, p. 3. Diferente do primeiro artigo, este é assinado, com o pseudônimo *Servus Dei*. Seria um texto do Bispo de Goiás D. Emanuel de Oliveira?

<sup>19</sup> Apesar de Silva afirmar que “entre os vários lugares estudados, (D.Emanuel) não teve predileção para nenhum” (2006, p.460), é notável que ele optara pela cidade de Bonfim, para onde transferiu a sede diocesana. Em Goiânia, ele só ia de passagem e para eventos específicos. A documentação encontra-se no livro organizado por Monteiro (1938).

<sup>20</sup> Houve missa e inauguração da pedra fundamental em 24 de maio de 1935, com D. Emanuel e

---

Pedro Ludovico juntos na cerimônia. Anos se passaram sem que a obra fosse sequer iniciada. Do fato, somente ficou o nome do lugar: Praça do Cruzeiro (Monteiro, 1938, p. 238).

<sup>21</sup> Em 11 de junho de 1936, o *Jornal de Goiânia* publicou uma entrevista com Dr. Benjamin Vieira que expressa bem esta concepção. Questionado sobre o que mais lhe agradava, respondeu: “Sobretudo o que mais encanta a cidade nova é a falta de história. Não há aqui grandes tradições de família. Ninguém se julga dono do governo da cidade. Todos colaboram no sentido de que ela, no futuro, não tenha os defeitos de outras muitas. Todos velam por sua história futura... (p.1).

<sup>22</sup> Definido conforme Bourdieu como o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 2007, p. 14). Podemos supor que o Estado e a instituição eclesial sempre foram locais privilegiados de sua difusão, mas cremos que é na grande cidade que esse poder ganha realmente seus efeitos.

Recebido em 30/10/2012, revisado em 21/11/2012, aceito para publicação em 05/12/2012.